CADERNOS DE ESTUDOS SOCIAIS
v. 37, n. 2, 2022
e-ISSN: 2595-4091

DOSSIÊ TEMÁTICO:
DESIGUALDADES ÉTNICO-RACIAIS, DE GÊNERO E REGIONAIS NA EDUCAÇÃO

NOTA DOS EDITORES

Carlos Augusto Sant'Anna Guimarães
Fundação Joaquim Nabuco

Felícia Picanço
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Isabel Pessoa de Arruda Raposo
Fundação Joaquim Nabuco

DOI:https://doi.org/10.33148/CES(2193)notaeditorial

As análises sobre as desigualdades étnico-raciais, de gênero e regionais na educação construíram um campo de estudo interdisciplinar no qual diferentes perspectivas teórico-metodológicas dialogam e se retroalimentam.

As Ciências Sociais inauguram o campo a partir dos anos 1950 com o conjunto de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil promovidas pela UNESCO. O chamado Projeto Unesco foi concebido com o objetivo de analisar experiências de interações raciais em diferentes regiões e contextos locais, tendo como pano de fundo a ideia de que, diante de outros países, o Brasil era uma nação singular em função da sua experiência de interação racial bem-sucedida (MAIO, 1999).

Ainda que a intenção do Projeto Unesco tenha sido produzir estudos que permitissem entender as relações de convivência não conflituosa entre negros e brancos no Brasil, alguns dos seus resultados sublinharam a existência de um tipo específico de preconceito racial e seus efeitos sobre a sociabilidade, acesso à educação e inserção no mercado de trabalho (GUIMARÃES, 2004). Dentro dessa chave, Oracy Nogueira, responsável pelo trabalho de campo na cidade de Itapetininga em São Paulo, constrói uma chave interpretativa fundacional:

> Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico, para que sofra as conseqüências do preconceito, diz-se que é de origem. (...) Onde o preconceito é de marca, como no Brasil, o limiar entre o *tipo* que se atribui ao grupo discriminador e o que se atribui ao grupo discriminado é indefinido, variando subjetivamente, tanto em função dos característicos de quem observa como dos de quem está sendo julgado, bem como, ainda, em função da atitude (relações de amizade, deferência etc.) de quem observa em relação a quem está sendo identificado, estando, porém, a amplitude de variação dos julgamentos, em qualquer caso, limitada pela impressão de ridículo ou de absurdo que implicará uma insofismável discrepância entre a aparência de um indivíduo e a identificação que ele próprio faz de si ou que outros lhe atribuem. (...) a concepção de branco e não-branco varia, no Brasil, em função do grau de mestiçagem, de indivíduo para indivíduo, de classe para classe, de região para região. Nos Estados Unidos, ao contrário, o branqueamento, pela miscigenação, por mais completo que seja, não implica incorporação do mestiço ao grupo branco (NOGUEIRA, 2007).

Em outra direção, Florestan Fernandes argumenta que o fim da ordem social escravocrata não alterou as posições sociais de brancos, negros e pardos em função da importância secundária da força de trabalho negra nos primórdios do capitalismo urbano industrial e da incorporação dos negros em atividades sociais mal remuneradas, que não contribuíram para a melhoria de seu padrão de vida nem para o aumento de seu reconhecimento social. Essa forma de incorporação ao sistema capitalista favoreceu a persistência dos estereótipos com base na cor, incongruentes com a nova condição civil dos negros e com a organização da sociedade de classes em emergência (MAIO, 2014).

A partir dos anos 1970, novas questões passaram a guiar os estudos sobre desigualdades no Brasil, uma na sociologia, outra na economia. No âmbito da sociologia, o caminho inaugurado pelos estudos do Projeto Unesco foi fundamental para formação de um campo da sociologia das desigualdades raciais, que também trazia a dimensão de gênero, cujo marco é a tese de doutorado do sociólogo Carlos Hasenbalg, transformada no livro *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil* (1979). A obra trouxe o racismo para o centro da análise dos dados sobre a educação e inserção no mercado de trabalho e contrariou perspectivas anteriores de que o preconceito racial seria um resquício da escravidão e tenderia a desaparecer quando o sistema capitalista e a sociedade de classe se consolidasse no Brasil. Hasenbalg (1979) destaca que:

> (a) discriminação e preconceito raciais não são mantidos intactos após a abolição mas, pelo contrário, adquirem novos significados e funções dentro das novas estruturas e (b) as práticas racistas do grupo dominante branco que perpetuam a subordinação dos negros não são meros arcaísmos do passado, mas estão funcionalmente relacionadas aos benefícios materiais e simbólicos que o grupo branco obtém da desqualificação competitiva dos não brancos (HASENBALG, 1979).

No âmbito da economia, em meados da década de 1970, o economista Edmar Bacha publicou um artigo, uma fábula, a *Belíndia*, para abordar as disparidades de renda no Brasil (BACHA, 1974). Alguns poucos ricos com um padrão de riqueza semelhante ao da Bélgica, com pessoas tão pobres como na Índia e seu sistema de castas. Desde os anos de 1940, sociedade e economia brasileiras passaram por vertiginosos e intensos processos de urbanização e industrialização, invertendo a relação entre a população que vivia em áreas rurais e pequenas cidades e aquelas que habitam os grandes centros urbanos. Se até os anos de 1960, a maioria dos brasileiros morava em áreas rurais e/ou em municípios com menos de 20 mil habitantes, na década de 1980, essa relação se inverteu, pois a distribuição populacional tornava-se majoritariamente urbana. Apesar da ampliação da oferta e melhoria dos serviços públicos, a sua qualidade permanece sendo o seu nó górdio. Em uma crítica, Delfim Neto, como em resposta a Bacha, afirmou que o Brasil era uma *Ingana*, pois, tínha uma carga tributária da Inglaterra, no entanto, serviços públicos de Gana.

Interessante notar que conscientemente ou não, ambos os economistas fazem a comparação entre países europeus e africanos. A clivagem sociorracial que perpassa a sociedade brasileira tem nos descendentes desses dois grupos populacionais um de seus traços mais expressivos.

Tanto pela sociologia, quanto pela economia, as análises vêm se preocupando em evidenciar que a urbanização e a industrialização não solucionaram, nem vem arrefecendo as discrepâncias entre brancos e não brancos no acesso a bens e serviços públicos, vide as despudoradas desigualdades evidenciadas durante a pandemia do novo coronavírus que ceifou, de maneira desproporcional, inúmeras vidas, de corpos negros, desvelando iniquidades não apenas no setor saúde, mas em outras áreas, tais como na educação. Mais ainda, os estudos sobre desigualdade atualmente assumem, de forma incisiva, a incorporação das dimensões étnico-raciais, de gênero, de origem social e geográfica de forma interseccionada nos diferentes âmbitos das Ciências Humanas.

Dados recentes revelam um fato alarmante para educação básica brasileira: uma melhora no aprendizado médio de crianças e jovens brasileiros, mas um agravamento da desigualdade desse aprendizado entre grupos raciais, gêneros e regiões. O estudo de Barbosa et al. (2023), baseado nos resultados dos testes de conhecimento do Sistema de Avaliação da Educação Básica, revela que no ensino fundamental, os meninos brancos do 5º ano tinham, em 2007, uma vantagem em matemática de 9,1 pontos em relação às meninas negras (que se autodeclararam como pretas ou pardas), e essa desigualdade se ampliou para 13 pontos em 2017. Para os estudantes do 9º ano, esse hiato foi ainda mais evidente e se aprofundou no período, passando de

21,4 para 23,4 pontos. Em português, para o mesmo intervalo de tempo, registra-se uma piora na desigualdade entre estudantes do Ensino Fundamental, porém o hiato se torna mais desfavorável ao grupo dos meninos negros, comparativamente às meninas brancas. Esse agravamento perpassa por praticamente todos os estados brasileiros, onde a distância no aprendizado entre negros e brancos se acentuou na década considerada (BARBOSA et al. 2023).

Enquanto no ensino básico os dados revelam a ampliação da desvantagem dos jovens negros, no ensino superior observamos algumas mudanças, impulsionadas pelos processos de expansão de vagas ocorridos no ensino privado e público e pela adoção de políticas de ação afirmativa, como o Prouni, voltado para o ensino privado, e a Lei 12.711 (Lei de Cotas), direcionada para o ensino público federal. O estudo conduzido pelo Lepes e Ação Educativa, utilizando dados da PNAD Contínua de 2019, afirma que houve um aumento do número de pessoas frequentando a educação superior na idade considerada adequada, 18 a 24 anos, e maior aumento proporcional para negros (pretos e pardos somados), mudanças essas que não foram suficientes para equalizar as oportunidades de escolarização superior segundo a raça (AÇÃO EDUCATIVA E LEPES, s.d).

Motivados por essa inquietante realidade, os editores da *Cadernos de Estudos Sociais* dedicaram uma edição especial ao tema, o Dossiê *Desigualdades étnico-raciais, de gênero e regionais na Educação*, com o objetivo de debater diferentes aspectos das desigualdades na educação brasileira e refletir sobre eles. Este Dossiê que chega ao público leitor é composto por uma entrevista[1] com Francisco Soares, professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais[2], e seis artigos, que buscam informar, debater e refletir sobre o problema da desigualdade em suas múltiplas dimensões e aspectos, segundo as mais variadas abordagens teórico-metodológicas.

O professor Chico Soares, como prefere ser chamado, em entrevista aos editores convidados, discute suas preocupações sobre o funcionamento do sistema educacional brasileiro e o papel constitucional da educação em que toda criança tem o direito à educação de qualidade. Reflete sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e suas limitações em lidar

[1] A publicação da entrevista ocorrerá em breve, na ocasião da publicação da versão de registro final desta edição.

[2] Francisco Soares é professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais. Tem Doutorado em Estatísitica pela University of Wisconsin - Madison e Pós-Doutorado em Educação pela University of Michigan - Ann Arbor. Foi o primeiro presidente eleito da Associação Brasileira de Avaliação (ABAVE) que em 2011 o escolheu para a homenagem especial. Em 2012 recebeu o prêmio Bunge pelas suas contribuições na área de avaliação educacional. Foi presidente do INEP de fevereiro de 2014 a fevereiro de 2016. Foi membro do Conselho Nacional de Educação por seis anos, onde foi um dos relatores da Base Nacional Comum Curricular. Participou do Conselho Técnico do INEE - Instituto Nacional de Evaluacion Educativa do México e foi consultor do BID, da OECD e UNESCO para questões de avaliação educacional. Sua atuação acadêmica está concentrada no estudo de medidas de resultados educacionais, cálculo e explicação do efeito das escolas de ensino básico e indicadores de desigualdades educacionais.

com o problema da desigualdade de aprendizado entre grupos sociais distintos. Especificamente no tocante ao problema da evasão escolar de crianças e jovens, que deixam de ser monitorados pelos indicadores de aprendizagem.

Outras análises e reflexões assentadas em distintos pontos de vista acerca das desigualdades educacionais são apresentadas pelos seis artigos que integram esta edição. Os textos são de autoras e autores de diferentes regiões do País, com formações acadêmicas distintas. Seus estudos refletem essas características que, embora seja um dos objetivos de muitas publicações, a diversidade presente neste número especial não foi o resultado da ação intencional por parte dos seus organizadores. Na realidade, expressa que o tema faz parte das preocupações de estudiosos em diferentes partes do País. Devemos ressaltar que tivemos contribuições de praticamente todas as regiões do Brasil.

O artigo "Por uma crítica epistemológica descolonial: reflexões sobre a descolonização do currículo" de Beatriz Giugliani, abre este Dossiê. A autora, a partir de uma perspectiva de descolonização do currículo, examina as relações raciais e de poder em uma escola de Ensino Médio, e oferece uma reflexão acerca das práticas escolares e a formação de identidades e subjetividades contra-hegemônicas.

Petrônio Domingues e Paulo Sérgio Neves, no texto "Por um fato social total: a controvérsia em torno das ações afirmativas no Brasil", retomam o instigante e polêmico debate nacional sobre a adoção das políticas de ações afirmativas para a população negra e de baixa renda no ensino superior. Argumentam que se trata de uma das "maiores inflexões democráticas na educação brasileira dos últimos 20 anos" a despeito dos "dilemas, impasses e problemas ainda não solucionados", incrementando maior diversidade nas universidades brasileiras.

Em "Permanência estudantil no ensino superior público brasileiro: reflexões a partir de 10 anos de pesquisas", Rosana Heringer pontua que, nas últimas duas décadas, houve progressos significativos na compreensão a respeito das políticas de assistência e permanência estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras para além do repasse de recursos financeiros, sendo incorporados outros fatores. Chama a atenção para novos estudos e pesquisas sobre o tema, no sentido de perscrutar questões específicas às demandas específicas dos estudantes, bem como temas emergentes como a saúde mental e o debate sobre o racismo institucional.

No exame de um estudo de caso, Penildon Silva Filho e Thaína Rodrigues Gava Angeli discutem, no trabalho "Desigualdade no acesso e permanência na educação: estudo de caso no instituto federal do Espírito Santo", os efeitos da implantação da Lei n.º 12.722 (mais conhecida

com a lei de cotas) na democratização do acesso e suas implicações na permanência de estudantes, em um dos campi no Instituto Federal do Espírito Santos.

Em uma sociedade marcadamente machista e sexista, Henrique Restier Souza, sem desconsiderar o racismo, evidentemente, convoca-nos a mirar na questão da masculinidade negra no provocativo texto "A trajetória educacional da juventude negra masculina: do fundamental à pós-graduação". Souza, a partir da seguinte indagação: "seria legítimo a adoção de ações afirmativas voltadas prioritária ou exclusivamente para os homens negros na educação?" discorre sobre o lugar social ocupado pelos homens negros no sistema educacional brasileiro, que segundo o autor, é, em certa medida, obnubilado no debate acadêmico e público.

Fechando o Dossiê, Maria Lígia de Oliveira Barbosa, em "Diferenciação institucional no ensino superior brasileiro e dimensões da desigualdade", esquadrinha o Sistema de Ensino Superior brasileiro. A autora investiga a expansão do sistema, sua diferenciação e hierarquização institucional, examina como estes perfis institucionais impactam nos tipos de cursos e nos percursos acadêmicos e profissionais dos estudantes. Ela busca responder se tais perfis institucionais contribuem ou não na perenidade das desigualdades educacionais segundo as características dos indivíduos (raça, gênero e origem social) e a sua manutenção no mercado de trabalho.

Desejamos e esperamos que a leitura seja prazerosa e proveitosa!

Carlos Augusto Sant'Anna Guimarães (FUNDAJ)
Felícia Picanço (UFRJ)
Editores temáticos

Isabel Pessoa de Arruda Raposo (FUNDAJ)
Editora-chefe
Revista Cadernos de Estudos Sociais

Referências

AÇÃO EDUCATIVA E LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO DA UFRJ. Avaliação das Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior no Brasil: Resultados e Desafios Futuros Análise de dados da população brasileira e de indicadores das universidades federais, 2010-2019. Relatório de pesquisa. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2022/08/pesquisa-avaliacao-lei-de-cotas-lepes-acao-educativa.pdf. Acesso em: 01 ago. 2023

BACHA, Edmar. O Economista e o Rei da Belíndia: uma fábula para tecnocratas. **Jornal Opinião**, s/e, São Paulo, 1974.

BARBOSA, GERRIO; FRANÇA, MICHAEL; PORTELLA, ALYSSON. Desigualdade racial na educação básica. **Texto para Discussão 14**. Núcleo de Estudos Raciais do Insper, São Paulo, 2023.

GUIMARÃES, A. S. A. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia** (São Paulo), São Paulo, v. 47, n.1, p. 9-44, 2004.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**, Rio de Janeiro, Graal, 1979.

MAIO, M. C. O contraponto paulista: os estudos de Florestan Fernandes e Oracy Nogueira no projeto Unesco de relações raciais. **Antíteses**, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 10–39, 2014. DOI: 10.5433/1984-3356.2014v7n13p10. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/19027. Acesso em: 28 jul. 2023.

MAIO, M. C. O Projeto UNESCO e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, p. 141-158, 1999.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. In: Tempo Social, **Revista de Sociologia da USP**, v. 19, n. 1, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-20702007000100015